

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.573.601 - RJ (2019/0256994-3)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : SUPERVIA - CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE
FERROVIÁRIO S/A
ADVOGADOS : LEONARDO PERSEU DA SILVA COSTA - RJ099009
MARCELO VIEIRA PAULO - RJ084472
RENATA BARCELLOS BERTOLETTI BRANDÃO - RJ152360
AGRAVANTE : DILMA SUELY CARVALHO DOS SANTOS ALVES
AGRAVANTE : SHIRLEI DOS SANTOS ALVES
AGRAVANTE : SHEILA DOS SANTOS ALVES
AGRAVANTE : SILAS JESUS DOS SANTOS ALVES
ADVOGADOS : RENATA FERNANDA PINHEIRO DA CRUZ - RJ096267
RENATA MELLO LOBO - RJ118869
ROBERTO VENCESLAU VIANNA - RJ133306
AGRAVADO : OS MESMOS

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. ACIDENTE. FERROVIA. RESPONSABILIDADE CIVIL. CULPA EXCLUSIVA OU CONCORRENTE. VERIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. DANO MORAL. *QUANTUM* INDENIZATÓRIO. FIXADO COM RAZOABILIDADE. REVISÃO. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. DISSÍDIO PRETORIANO. SÚMULA Nº 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

DILMA SUELY CARVALHO DOS SANTOS ALVES, SHIRLEI DOS SANTOS ALVES, SHEILA DOS SANTOS ALVES e SILAS JESUS DOS SANTOS ALVES (DILMA e outros) ajuizaram ação de indenização contra SUPERVIA CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTES FERROVIÁRIOS S.A. (SUPERVIA), alegando, em síntese, falha de segurança, manutenção e negligência na prestação do serviço que vitimaram, José João Alves, esposo da primeira autora e pai dos demais autores, atropelado pela composição férrea de propriedade da empresa ré.

A demanda foi julgada parcialmente procedente em 1ª instância para condenar a SUPERVIA ao pagamento de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) a título de danos morais para cada um dos autores (e-STJ, fls. 362/367).

Ambas as partes interpuseram suas respectivas apelações e o Tribunal fluminense deu parcial provimento ao recurso de DILMA e outros e negou provimento à irresignação da SUPERVIA.

Superior Tribunal de Justiça

O acórdão foi assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. Ação indenizatória por danos morais e materiais. SUPERVIA. Vítima que foi atropelada por composição férrea e veio a falecer. Preliminar de cerceamento de defesa afastada. Culpa da vítima não demonstrada. Nexo de causalidade íntegro. Danos morais configurados. Quantum arbitrado que não destoa dos valores usualmente aplicados pela jurisprudência para casos assemelhados e em consonância com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

Inteligência da Súmula 343 deste Tribunal. Reembolso de despesas com funeral. Jurisprudência pacífica do STJ e desta Corte no sentido de que as despesas com funeral independem de comprovação, sendo presumidas, uma vez que nenhum corpo permanece insepulto.

Sucumbência recíproca que deve ser afastada. Parte autora sucumbiu em parte mínima, devendo a ré suportar integralmente as despesas judiciais e honorários advocatícios, conforme artigo 86, parágrafo único, do NCPC. Honorários recursais, na forma do artigo 85, §11, do NCPC. Parcial provimento ao primeiro (dos autores) e desprovimento ao segundo recurso (da ré).(e-STJ, fl.458).

DILMA e outros opuseram embargos de declaração e foram rejeitados (e-STJ, fls. 495/499).

Nas razões do especial, interposto com base no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, SUPERVIA apontou a violação aos dispositivos de lei federal arts. 944, 945, do CC/02, aduzindo que o valor de danos morais pelo qual foi condenada se mostra desproporcional e não razoável, postulando a sua redução; e 945 e 738, parágrafo único do CC/02, alegando que seja aplicada a redução de toda a verba condenatória pela metade, pois reconhecida a culpa concorrente, inclusive, ressaltando que a vítima contribuiu com a maior parte para a eclosão do evento.

Apresentou dissídio pretoriano sob o fundamento de reconhecimento da culpa exclusiva da vítima (e-STJ, fls. 507/520).

Contrarrazões do recurso especial apresentadas (e-STJ, fls.569/579).

O TJRJ não admitiu o apelo nobre (e-STJ, fls. 593/604).

SUPERVIA interpôs agravo em recurso especial asseverando que os requisitos para admissibilidade do especial estão presentes (e-STJ fls. 655/665).

Contraminuta não foi apresentada (e-STJ, fls.673/680).

É o relatório.

DECIDO.

A irresignação não merece prosperar.

Superior Tribunal de Justiça

De plano, vale pontuar que o presente agravo em recurso especial foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

(1) Da alegada tese de culpa diversa à fixada pelo acórdão

O TJRJ, com base no acervo fático-probatório dos autos, consignou no acórdão objurgado em relação a responsabilidade pelo acidente que vitimou José João Alves o seguinte:

Compulsando os autos, verifica-se que o atestado de óbito relata como causa mortis politraumatismo devido à ação contundente (fl. 21). O registro de ocorrência (fl. 19) demonstra que a dinâmica do evento foi aquela descrita pela parte autora na inicial.

Tais provas se mostram suficientes para configurar o nexo causal entre o evento fatal descrito e a prestação do serviço pela ré.

Ademais, não restou efetivamente comprovado que a conduta da vítima teria, de alguma forma, contribuído para o resultado morte, uma vez que a ré não produziu qualquer prova neste sentido.

Cumprе mencionar que a reprodução da filmagem realizada pelas câmeras internas da plataforma constituiria prova robusta, que está fora do alcance dos autores, mas não da ré. Não obstante sua produção tenha sido requerida pela ré e deferida à fl. 88, a prova não foi produzida. É o que se extrai das assentadas de fls. 127, 168, 188 e 199.

Neste contexto, não se pode afirmar que tenha ocorrido o rompimento do nexo causal pela culpa da vítima, assim como não se pode afirmar a existência de culpa concorrente, como forma de influenciar o montante da condenação.

Afastado o redutor, ou seja, a influência daquilo que foi chamado de culpa concorrente, é de se reconhecer o acerto da decisão recorrida no que concerne aos danos morais decorrentes do evento, que restaram satisfatoriamente comprovados nos autos (e-STJ, fls. 465/466).

Igualmente, para modificar o entendimento a que alcançou o Tribunal fluminense, ou seja, se houve culpa concorrente ou exclusiva da vítima, necessário se rever o conteúdo fático-probatório, o que encontra óbice na Súmula nº 7 desta Corte.

Superior Tribunal de Justiça

(2) Do dissídio pretoriano

Quanto ao dissenso interpretativo invocado, cumpre ressaltar que não é possível o conhecimento do recurso especial interposto pela divergência jurisprudencial, na hipótese em que o dissídio é apoiado em fatos e não na interpretação da lei. Isso porque a Súmula nº 7 do STJ, também se aplica aos recursos especiais interpostos pela alínea c, do permissivo constitucional.

A propósito, confirmam-se precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. ALÍNEA C. INCIDÊNCIA. DECISÃO QUE SE MANTÉM POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

I- Tendo o Tribunal de origem decidido com base no complexo fático-probatório delimitado e avaliado nas instâncias ordinárias, nova análise sobre o tema encontra óbice no teor da Súmula 7 desta Corte Superior.

II- O óbice da Súmula 7 do STJ é aplicável também ao recurso especial fundado no artigo 105, III, "c", da Constituição.

(AgRg no Ag 1.276.510/SP, Rel. Ministro PAULO FURTADO (Desembargador Convocado do TJ/BA), DJe 30/6/2010).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC) - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS DECORRENTE DE INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DA RÉ.

(...)

2. A indenização por danos morais, fixada em quantum em conformidade com o princípio da razoabilidade, não enseja a possibilidade de interposição do recurso especial, ante o óbice da Súmula n. 7/STJ.

3. Este Tribunal Superior tem prelecionado ser razoável a condenação no equivalente a até 50 (cinquenta) salários mínimos por indenização decorrente de inscrição indevida em órgãos de proteção ao crédito. Precedentes.

4. A incidência da Súmula 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão hostilizado, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução a causa a Corte de origem.

5. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 777.018/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Quarta Turma, DJe 3/2/2016)

Superior Tribunal de Justiça

(3) Do quantum indenizatório por danos morais

No que se refere ao montante arbitrado pelos danos morais, a lei não fixa valores ou critérios para a sua quantificação que, entretanto, deve ter assento na regra dos arts. 884 e 944 do CC/02.

Por isso, esta Corte tem se pronunciado reiteradamente que o valor de reparação do dano moral deve ser arbitrado em montante que desestimule o ofensor a repetir a falta, sem constituir, de outro lado, enriquecimento indevido para a vítima.

A jurisprudência do STJ se consolidou no sentido de que os valores fixados a título de danos morais porque arbitrados com fundamento no arcabouço fático-probatório carreado aos autos, só podem ser alterados em hipóteses excepcionais, quando constatada nítida ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

A propósito, confirmam-se precedentes: (AgRg no AREsp nº 434.774/MG, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, Terceira Turma, julgado aos 10/12/2013, DJe de 19/12/2013 e AgRg no AREsp nº 183.851/SP, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, Terceira Turma, julgado aos 13/11/2012, DJe de 28/11/2012).

A Corte de origem, ao apreciar a matéria, destacou o seguinte:

O dano moral afeta a ordem psíquica, refere-se a sentimentos e, em alguns casos, o dano moral é presumido chamado “in re ipsa”, significando - “pela força dos próprios fatos”- e não é necessário fazer prova sobre ele.

O quantum arbitrado não destoa dos valores usualmente aplicados pela jurisprudência para casos assemelhados e se encontra em consonância com as premissas norteadoras do tema, a saber, princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e o da vedação ao enriquecimento sem causa.

Em sendo assim, o valor indenizatório por dano moral deve ser mantido nos termos em que estabelecido pela sentença (e-STJ, fl.466).

Desta forma, para modificar o valor fixado por danos morais pelo Tribunal de origem necessário se rever o conteúdo fático-probatório, o que se mostra inviável, a teor da Súmula nº 7 desta Corte.

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º, do NCPC c/c o art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/5/2016, DJe 18/3/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

MAJORO em 5% os honorários advocatícios anteriormente fixados em desfavor de SUPERVIA, nos termos do art. 85, §§ 2º e 11, do NCPC.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator

